

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: DA FERRAMENTA NEOLIBERAL À NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DOCENTE¹

Filipe Bellinaso²
Henrique Tahan Novaes³

Resumo

A pandemia de COVID-19 intensificou o diálogo sobre a interseção entre tecnologia e educação, mas é crucial compreender que esse debate não é exclusivo do momento atual. Ao direcionarmos nosso olhar para a realidade brasileira, torna-se incontestável o notável crescimento da Educação a Distância (EaD) ao longo dos últimos 15 anos. Este ensaio propõe-se a fornecer elementos para reflexão, destacando como a modalidade de ensino a distância não apenas reflete o avanço neoliberal na educação, mas também se configura como um componente essencial na reestruturação produtiva do trabalho docente.

Palavras-chave: Educação a Distância; Neoliberalismo; Trabalho Docente.

EDUCACIÓN A DISTANCIA EN BRASIL: DE LA HERRAMIENTA NEOLIBERAL A LA NUEVA MORFOLOGÍA DEL TRABAJO DOCENTE

Resumen

La pandemia de COVID-19 ha intensificado el diálogo sobre la intersección entre tecnología y educación, pero es crucial comprender que este debate no es exclusivo del momento actual. Ao direcionarmos nosso olhar para a realidade brasileira, torna-se incontestável o notável crescimento da Educação a Distância (EaD) ao longo dos últimos 15 años. Este ensayo se propone formar elementos para la reflexión, destacando como una modalidad de enseñanza a distancia que no refleja el avance neoliberal de la educación, pero también se configura como un componente esencial de la reestructura productiva del trabajo docente.

Palabras clave: Educación a distancia; Neoliberalismo; Trabajo Docente.

DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: FROM THE NEOLIBERAL TOOL TO THE NEW MORPHOLOGY OF TEACHING WORK

Abstract

The COVID-19 pandemic has intensified the dialogue on the intersection between technology and education, but it is crucial to understand that this debate is not exclusive to the current moment. Now we are looking forward to the Brazilian reality, becoming incontestable or notable growth of Distance Education (EaD) over the last two 15 years. This assay aims to provide elements for reflection, highlighting how the distance learning modality does not barely reflect the neoliberal advance in education, but is also configured as an essential component in the productive restructure of teaching work.

Keyword: Distance Education; Neoliberalism; Teaching Work.

¹Artigo recebido em 09/03/2024. Primeira Avaliação em 31/03/2024. Segunda Avaliação em 05/05/2024. Aprovado em 19/06/2024. Publicado em 07/08/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62235>.

²Mestre e doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo - Brasil. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo - Brasil. Email: filipebellinaso@yahoo.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8753129617940989>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0129-893X>.

³Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo - Brasil. Professor Livre Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp.

Email: hetanov@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5282506732444510>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5247-3684>.

Introdução

Dentre os diversos impactos decorrentes da pandemia de Covid-19, poucas delas despertaram a consciência para transformações que já estavam em curso, mas que, por força das circunstâncias, foram aceleradas e se tornaram mais visíveis naquele contexto. É inegável que a Educação a Distância (EaD), desde o início da década de 1990 até os dias que antecederam a pandemia, vinha gradualmente se tornando uma presença constante no cotidiano das pessoas (Bellinaso, 2020; Brasil, 2022). Isso se manifestava por meio de propagandas de cursos técnicos formalizados via telecomunicação/impresso, até os incessantes anúncios que bombardeavam as plataformas de publicidade online.

No entanto, a crise desencadeada pela pandemia de Covid-19 levou a EaD a adentrar virtualmente os lares de praticamente todos os brasileiros, tornando-se uma necessidade premente para superar os desafios do momento. Ao longo de cerca de dois anos em que a educação como um todo foi compelida a adotar esta modalidade, uma série de novas pesquisas emergiram, buscando analisar os diversos elementos que caracterizavam esse "novo normal".

Contudo, o senso comum, até mesmo dentro do meio acadêmico, negligencia ou simplesmente ignora o fato de que a educação a distância já era uma modalidade consolidada e em expansão no Brasil. Além disso, abordam a questão como uma eventualidade, sustentando o discurso da "democratização do acesso", quando, na realidade, trata-se de uma modalidade de ensino cujo crescimento e avanço dialogam diretamente com o neoliberalismo.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é estimular o debate em torno da necessidade de compreender a modalidade de ensino a distância como um dos meios pelos quais, no contexto da reestruturação produtiva do capital, o capitalismo encontrou para aprofundar o processo de "neoliberalização" da educação e para introduzir uma nova morfologia do trabalho no âmbito do profissional docente.

De acordo com Reis (2012), a pesquisa bibliográfica oferece ao pesquisador a possibilidade de se aprofundar em um conjunto de conhecimentos, uma vez que a ciência é uma construção histórica. Nesse sentido este trabalho parte de uma análise bibliográfica dividida em quatro pilares principais: a) a análise do capitalismo financeiro; b) a análise do neoliberalismo; c) a análise da nova morfologia do

trabalho e; d) entender como EaD se desenvolve entrelaçado aos três pilares anteriores.

Capitalismo Financeiro

Quando se olha para o cenário educacional privado brasileiro contemporâneo, é inevitável observar empresas como Kroton / Cogna que tem cada vez mais concentrado em suas mãos o acesso ao ensino superior no Brasil. De acordo com o Inep (BRASIL, 2022), hoje no Brasil, o número de ingressantes no ensino superior é maior via modalidade à distância do que no modelo tradicional. Esta empresa pode ser vista como exemplo claro do avanço do capitalismo financeiro na educação, refletindo a lógica neoliberal de mercantilização do ensino. Sua trajetória evidencia uma busca incessante pela maximização dos lucros, exemplificada pela padronização dos currículos e pela dependência significativa de programas governamentais como o FIES e o Prouni. A empresa também se destacou por adotar práticas típicas do capitalismo financeiro, como a recompra de ações e a manipulação de resultados financeiros para favorecer executivos e investidores (Costa, 2018). Nesse sentido, entender as características do capitalismo financeiro, auxilia numa compreensão maior sobre a expansão da oferta da EaD.

Para a grande maioria do senso comum, o capital é frequentemente percebido como um bem material dotado de "poderes naturais", uma vez que o lucro é interpretado como um simples excedente produtivo, como os fisiocratas o atribuíam, considerando o excedente econômico como uma dádiva da terra, um presente da natureza. Essa visão prevalece em grande parte devido à negação do fato de que o capital é uma consequência de relações sociais historicamente constituídas. É exatamente por essa razão que ele se mostra mutável ao longo do tempo. O capital deve ser compreendido como o conjunto de recursos, sejam materiais ou imateriais, que proporcionam aos indivíduos um determinado grau de produtividade, incluindo máquinas, ferramentas, matérias-primas e o que no mundo contemporâneo é denominado de capital humano (Schultz, 1973).

Outra questão relevante a ser destacada é a frequentemente confusa relação entre o capital e o capitalismo, sendo crucial compreender que o capital antecede essa forma de organização econômica. Desde a antiguidade, o capital comercial exercia sua influência e importância, como argumentado por Singer (1984). O

mercador, segundo o autor, surgiu como resultado da divisão do trabalho em seu período histórico, atuando como intermediário entre produtor e consumidor. Embora o comerciante não contribua diretamente para a produção material, ele possibilita aos produtores dedicarem mais tempo à produção direta.

No entanto, uma diferença crucial emerge ao transitarmos da simples troca de mercadorias para a utilização ampliada do equivalente geral, o dinheiro. É a partir da mercadoria dinheiro que se originam o capital monetário (ou capital usurário), o capital industrial e o capital financeiro. Importante salientar que as diferentes formas predominantes de capital estão intrinsecamente relacionadas com as formas predominantes de trabalho. O capitalismo contemporâneo, frequentemente denominado de capitalismo financeiro, tem sido objeto de debates por diversos pensadores. Nesse contexto, para uma compreensão mais aprofundada desse processo, é essencial recorrer à categoria marxista de capital fictício.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial, Marx (2017) descreve o processo de geração de capital como uma sequência na qual uma quantidade específica de dinheiro se transforma em uma mercadoria determinada e, posteriormente, converte-se em uma quantia maior do que a inicial, sintetizado pela expressão $D - M - D'$. No contexto capitalista em que Marx viveu, surge o capital monetário, representando dinheiro emprestado a um capitalista para reinvestir em sua produção, sendo posteriormente devolvido com juros após a obtenção de lucro.

Essa evolução resulta em uma nova expressão, $D - D - M - D' - D'$, dividida em três etapas. A primeira delas representa o investimento inicial, $D - D$, somando o dinheiro investido pelo capitalista ao montante emprestado, resultando em um capital inicial ampliado. A segunda etapa reflete o movimento do capitalismo industrial para gerar valor, $D - M - D'$, transformando o capital inicial em mercadoria que, por sua vez, gera um capital maior. A última etapa, $D' - D'$, representa o capital final, no qual uma parcela é devolvida ao credor com juros (D'), e outra permanece com o capitalista.

Dentro dessa lógica, Marx observa que o dinheiro age como capital, pois, além de seu valor como moeda, ele se apropria de uma parte do valor gerado pelo trabalho não remunerado. Nesse cenário, ocorrem dois tipos de lucro: o do empresário capitalista, extraído da produção, e o lucro daquele que emprestou o dinheiro, proveniente dos juros. Assim, o detentor do dinheiro passa a receber uma

parcela do lucro simplesmente por possuir e utilizar o dinheiro como capital (Marx, s/d).

Na aparência, a relação entre prestamista e capitalista advinha de mero acordo jurídico, de contrato estabelecido. Assim, Marx (s/d, p. 403) afirmara que “[...] o retorno do capital nessa transação não parece mais resultar do processo de produção e tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro”. Se, no movimento de troca de mercadorias, as relações sociais são encobertas e assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p.147), na relação do dinheiro como capital, essa reificação se renova intensificada. Tem-se a ilusão de que dinheiro produz dinheiro (D – D’). É o ápice do fetichismo (MARX, S/D APUD. GALZERANO, 2022, P. 25).

Dessa maneira, conforme a perspectiva de Marx, o capital portador de juros (também designado, em algumas traduções, como capital produtor de juros) adquire uma característica peculiar enquanto mercadoria. Seu valor de uso reside na capacidade intrínseca de criar condições favoráveis para a geração de valor, tanto para o detentor original quanto para aquele que o toma por empréstimo. A partir da expansão desse capital portador de juros, emerge o desenvolvimento do sistema financeiro, no qual as transações do capital monetário se ampliam a ponto de perderem sua conexão com uma base material tangível, resultando em uma existência essencialmente fictícia.

Com o desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste “capital-dinheiro” é puramente fictícia. Excetuando o fundo de reserva, todos os depósitos, embora sejam créditos contra o banqueiro, não têm existência efetiva. (MARX, s/d, p. 541).

Os títulos de propriedade transformam-se em mercadorias que circulam entre diferentes proprietários, muitas vezes em movimentos desconectados do mundo real. Nesse cenário, o valor desses títulos torna-se sujeito a flutuações que não necessariamente refletem o valor real dos ativos subjacentes. Em vez disso, esses títulos passam a ser orientados predominantemente pelo domínio da especulação em detrimento do domínio material.

É relevante destacar que o capital portador de juros difere do capital fictício, embora, em algumas ocasiões, ambos possam ser confundidos. O segundo surge como uma consequência da ilusão social criada pelo primeiro. Essa ilusão baseia-se

na crença de que a mera posse de dinheiro resulta, quase que automaticamente, em rendimentos, alimentando a ideia de que "a ilusão que toda remuneração regular se origina da existência de um capital" (Galzerano, 2022, p. 26). Inicialmente denominado ilusório, esse capital carece de significado no contexto econômico. Contudo, ao se transformar em um título passível de negociação, ele assume a forma de um capital fictício.

[...] o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chamá-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial. (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p.43).

Desta forma, complementa os autores:

[...] o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo em que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia-a-dia do mercado, quer dizer, do ponto de vista da aparência; é a dialética fictício/real. (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p.45).

O desenvolvimento do capital fictício marca a disseminação e consolidação do capitalismo especulativo, em que a especulação gradualmente adquire uma importância equivalente, senão superior, à realidade concreta material. Conforme argumentado por Carcanholo e Sabadini (2009), nesse contexto emergem os chamados lucros fictícios, cujo caráter é paradoxal. Por um lado, esses lucros são considerados reais, pois permitem a aquisição de outras mercadorias; por outro lado, não têm sua origem no excedente do trabalho. Esse capital revela-se extremamente volátil, sujeito a valorizações e depreciações frequentes, uma vez que se baseia fortemente em especulações.

Neoliberalismo

Quando se observa, de um lado, o processo de expansão do neoliberalismo no Brasil, e do outro, o processo de expansão da educação a distância no país, em

ambos os casos o pesquisador é levado à década de 1990. Como demonstrado por Bellinaso (2020), o fato de ambos os movimentos estarem situados dentro de um mesmo período histórico não é uma mera obra do destino, mas se dá pelo fato desta modalidade de ensino servir como ferramenta extremamente funcional para o processo de neoliberalização no Brasil. Com isso, se faz importante realizar algumas anotações sobre o neoliberalismo, para assim, entender melhor sua articulação com a Ead.

Definir o neoliberalismo é uma tarefa complexa. Explorar as características fundamentais do liberalismo, compreender como o neoliberalismo se reflete em políticas públicas e analisar seu impacto nas formas de trabalho auxiliam na compreensão desse fenômeno. Porém, é necessário esclarecer alguns aspectos.

Um ponto de debate relevante surge quanto à legitimidade do conceito de neoliberalismo, especialmente no campo teórico das ciências sociais. Alguns pesquisadores, como Draibe (1993), questionam se o neoliberalismo representa verdadeiramente uma inovação ou se é apenas um resgate do pensamento liberal, reduzindo-se à afirmação genérica da liberdade e da primazia do mercado sobre o Estado. Nessa perspectiva, o neoliberalismo é visto mais como um conjunto de regras e práticas do que como uma teoria estruturada, assemelhando-se a um "livro de regras" em vez de uma tese argumentativa.

Contudo, mesmo com essas dúvidas sobre sua validade conceitual, o neoliberalismo persiste como um termo associado a um *zeitgeist* político-econômico, conforme destacado por John Clarke (2008). Venugopal (2015) argumenta que a construção do conceito é mais obra de seus críticos do que de seus proponentes, ressaltando sua associação com uma moral-crítica. Apesar das controvérsias, Andrade (2019) enfatiza que esse caráter moral-crítico confere ao conceito uma potencialidade significativa, mobilizando tanto pesquisadores quanto atores políticos.

Se o conceito por vezes designa alvos contraditórios e dá margem a acusações recíprocas entre teorias, este fato se deve à própria potência do termo. Assim como ocorre com outros conceitos (democracia, populismo, poder etc.), que são dotados de caráter fortemente normativo, de natureza multidimensional e de abertura para modificações ao longo do tempo, o neoliberalismo torna-se alvo de disputas e, portanto, de dispersão conceitual, de inconsistência terminológica e de definições fracas. Seus próprios críticos reconhecem ocorrências similares endêmicas nas ciências sociais (Boas & Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015). Essa deriva, no entanto, não é por si só capaz de criar confusão entre os atores

políticos. Na medida em que os movimentos sociais têm suas próprias perspectivas de luta, eles não necessariamente ficam perdidos pelas variações conceituais, pois são capazes de perceber quais definições são mais interessantes estrategicamente, ao mesmo tempo em que podem refinar os seus alvos e refletir sobre os pressupostos teóricos de sua crítica. (ANDRADE, 2019, p. 216).

Quando realizamos o “teste do olho”, por mais reflexivos que possam ser os argumentos contra a validade do conceito de neoliberalismo, a observação revela uma série de metamorfoses polícia-econômico-sociais. Por mais que Hilgers (2011) faça tal afirmação relacionada a sua área de conhecimento, pode-se expandi-la, sendo assim:

quando o neoliberalismo é implementado e suas práticas e linguagem associadas afetam nossa compreensão dos seres humanos, modificando relações sociais, instituições e seus funcionamentos, que ele se torna um objeto apropriado para a antropologia. Uma vez que ele se torne envolvido na estruturação concreta do mundo da interação social e da experiência e exerça uma influência real sobre a maneira pela qual os agentes pensam e problematizam suas vidas, pesquisas podem ser levadas a cabo no campo e teorias emergem buscando analisá-lo e estabelecer seus efeitos, ao mesmo tempo evitando sua retificação (HILGERS, 2011).

No âmbito desse debate, conceitos como o neoliberalismo se destacam como objetos e instrumentos cruciais em disputas teóricas e políticas. Considerando todos os elementos discutidos, este trabalho argumenta que não apenas é pertinente, mas também é imperativo abordar o conceito de neoliberalismo. A complexidade em torno dessa discussão é evidenciada por três fatores: a) a falta de convergência e unanimidade sobre o conceito, mesmo entre aqueles que se autodenominam neoliberais; b) a natureza dinâmica do neoliberalismo, sujeito a constantes mudanças em suas pautas; e c) a discrepância entre a prática neoliberal e a teoria neoliberal, contribuindo para uma abordagem nebulosa desse fenômeno.

Apesar dessas dificuldades, Moraes (2001) nos fornece uma forma interessante de observar o neoliberalismo, do qual é compreendido como uma trindade estabelecida pelos seguintes aspectos:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*, isto é, centro de gerações de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos;
3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos

neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (MORAES, 2001, p. 3)

Os três significados abordados pelo autor formam a compreensão mais abrangente do neoliberalismo, e, nesse contexto, há um ponto de convergência entre eles, pois todos apontam para a sugestão de um retorno a um modelo ideal (Moraes, 2001, p. 3). Assim, é essencial compreender o liberalismo como base para a compreensão do neoliberalismo, visto que este último representa um resgate e aprimoramento de uma nova realidade do primeiro.

Ao analisar o neoliberalismo sob a perspectiva ideológica, é crucial compreender os princípios defendidos por seus teóricos, conforme delineado por Martins (2009). Esses fundamentos incluem: a) a concepção do mercado como o principal organizador social; b) o individualismo destacado como o valor moral primordial; c) a supervalorização da ideia de "liberdade"; e d) a intensificação da proposta de um estado mínimo.

No que diz respeito ao "mercadocentrismo", ou a crença de que o mercado desempenha um papel central na organização social (Bianchetti, 2005), a perspectiva de Hayek enfatiza o mercado como um mecanismo autorregulador não apenas da economia, mas também das relações sociais. Esse fenômeno garante a realização das individualidades, sendo a autorregulação do mercado, conhecida como "mão invisível", resultante da soma das múltiplas individualidades. Sob essa ótica, o mercado é considerado sinônimo de eficiência e agilidade na abrangência de diversas atividades relacionadas à produção de bens e à prestação de serviços públicos (Santos; Paixão, 2014, p. 73).

Prosseguindo, o individualismo é destacado como um valor moral fundamental, com Hayek sendo um fervoroso defensor do princípio da liberdade individual. O pensador sustentava a importância do "poder de decisão" como um direito universal que todos os indivíduos deveriam possuir.

O indivíduo para o neoliberalismo é, portanto, o resultado da "sorte", que determina as suas aptidões e capacidades naturais. É o fruto de uma medida arbitrária que estabelece o tipo de família, o meio cultural e as oportunidades que aparecem ao longo da vida sem a intervenção do outro (BIANCHETTI, 2005). É um sujeito "a-histórico" que se move por meio de seu interesse e dispensa a noção de totalidade, diferentemente do pensamento marxista, que procura não

separar a constituição do ser social das condições em que está inserido na sociedade, considerando que o homem não se desenvolve sozinho, mas na coletividade, construindo a sua história sob determinadas circunstâncias. (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 74).

O terceiro ponto a ser enfatizado é a sobrevalorização da ideia de "liberdade". Essa concepção é apresentada como o "poder supremo" de origem natural, neutro e responsável por orientar os indivíduos em suas vontades, estabelecendo, assim, uma conexão direta com o mercado. Segundo Martins (2009, p. 40), "A liberdade é uma atividade histórica condicionada pela forma de produção coletiva da existência (...) a liberdade significa o direito a ser explorado, para os que vendem a força de trabalho, e para ser explorador, para os que detêm os meios de produção".

Por fim, o discurso da minimização da intervenção estatal.

Sua gênese estaria ligada à ideia de um "acordo" entre indivíduos no sentido de preservação desses direitos. Sua estrutura corresponderia mais especificamente à ideia de governo. Sua função seria a de preservar um ambiente de liberdade de escolhas e, quando necessário, empregar o uso legítimo da força para defesa do indivíduo autônomo e do mercado (MARTINS, 2009, p. 40).

Segundo a perspectiva neoliberal, a estrutura estatal se transforma em um mero instrumento para assegurar as exigências do mercado. Nesse contexto, sua intervenção na sociedade não deve ser direta; ao contrário, deve focar na promoção da máxima liberdade entre os indivíduos.

Dessa forma, a política neoliberal propõe integralmente o corte dos gastos com políticas sociais e com o funcionamento do Estado para tal fim, ao passo que o investimento no campo econômico se torna essencial para o fortalecimento do capital financeiro. Ou seja, os direitos sociais, como saúde, educação, segurança, alimentação, dentre outros, são transferidos para o âmbito do mercado. É uma nova configuração societária, mas que continua privilegiando os interesses das frações burguesas em detrimento das necessidades da classe trabalhadora (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 76).

Ao observar esses elementos que compõem o neoliberalismo, é notável que muitos deles se relacionam diretamente com as possibilidades permitidas pela EaD. Esta modalidade de ensino se manifesta como um importante mecanismo de mercantilização da educação, sobretudo da ampliação da mais-valia, uma vez que permite a elaboração de cursos com investimentos mais baratos e lucros mais altos, ao ampliar a oferta de forma praticamente industrial/fábrica. Um argumento frequentemente utilizado pelos defensores desta modalidade é o da valorização dela

por oferecer um ensino mais “livre” e “individual”, uma vez que ele desenvolve melhor a autonomia do aluno, que dialoga diretamente com o discurso ideológico neoliberal de valorização das individualidades e liberdades.

A Nova Morfologia do Trabalho

A obra "Os Tempos Modernos" de Charles Chaplin é frequentemente utilizada como recurso didático para ilustrar a morfologia do trabalho no século XX, especialmente nas universidades e no ensino médio. A fábrica automotiva, destacada na obra, simboliza o ponto de partida das transformações no mundo do trabalho ao longo do século passado, enfatizando o predomínio do proletariado industrial e rural. No século XXI, emerge um novo proletariado ligado aos serviços, como *call-centers*, telemarketing, indústria hoteleira, *fast-foods* e entregadores de aplicativos, resultado de uma nova morfologia do trabalho associada ao neoliberalismo. Autores como Gorz (1985) e Habermas (1987) debateram a possível extinção da classe trabalhadora, prevendo uma transição para uma sociedade de classe média. No entanto, a realidade nas periferias do capitalismo revela bilhões de pessoas ocupando trabalhos cada vez mais precários, desafiando as previsões de extinção da classe trabalhadora.

Ao contrário do que ditava a equivocada “previsão” do fim do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor, o que temos, de fato, é uma ampliação do trabalho precário, que atinge (ainda que de modo diferenciado) desde os trabalhadores e trabalhadoras da indústria de software até os de call-center e telemarketing – o infoproletariado ou cibertariado –, alcançando de modo progressivo os setores industriais, da agroindústria, dos bancos, do comércio, do fast-food, do turismo e hotelaria etc./ e incorporando até mesmo os trabalhadores imigrantes, cujos números se expandem em todas as partes do mundo. É quase impossível, hoje, encontrar qualquer trabalho que não tenha alguma forma de dependência do aparelho celular. (ANTUNES, 2020a, p. 13).

Ricardo Antunes (2020b) destaca que, a partir da segunda metade do século XX, o capitalismo passa por uma constante reestruturação produtiva, com maquinários e tecnologias tornando-se obsoletos em intervalos cada vez mais curtos. Essas inovações, centradas na revolução informacional, continuamente transformam a natureza do trabalho, impactando diversos setores, desde jornalistas até funcionários públicos e professores. Paralelamente, as empresas passam por

uma significativa transformação, tornando-se mais flexíveis, abandonando a remuneração fixa, jornadas pré-determinadas, e desconsiderando a organização sindical e os espaços laborais fixos. Um reflexo marcante dessa flexibilidade é observado nos trabalhos intermitentes, caracterizados pela disponibilidade constante do trabalhador para atender à demanda, sem definição prévia de dias ou horários de trabalho, gerando uma grande contingência de trabalhadores em espera para possíveis chamadas de trabalho.

É por isso que, nesse mundo do trabalho digital e flexível, o dicionário empresarial não para de “inovar”, em especial no setor de serviços. “Pejotização” em todas as profissões, com médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadoras e trabalhadores do care (cuidado) e “frilas fixos”, freelancers que se tornam permanentes, mas que têm seus direitos burlados e se escondem em redações dos jornais quando as empresas sofrem as auditorias do trabalho. Ou ainda o chamado teletrabalho e/ou home office, que se utiliza de espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar atividades laborativas. Isso pode trazer vantagens, como economia de tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos. Mas com frequência é, também, uma porta de entrada para a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da dupla jornada de trabalho, tanto o produtivo quanto o reprodutivo (sobretudo no caso das mulheres). Outra consequência negativa é a de incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo sem repressão sindical (ANTUNES, 2020b, p. 39).

No contexto do capitalismo contemporâneo, as empresas se afastam dos modelos produtivos taylorista e fordista do século passado, adotando abordagens flexíveis e informacionais. Essas organizações buscam estabelecer um novo modelo empresarial global, utilizando ferramentas como flexibilidade, informalidade e intermitência. Esse movimento resulta no dismantelamento das antigas legislações protetoras e na implementação de novas leis que facilitam práticas antigas de exploração. Em um cenário de avanço tecnológico, uma parte dos trabalhadores enfrenta a flexibilização e a intensificação de suas atividades, tornando-se apêndices dos aparelhos tecnológicos que impõem um ritmo acelerado, demandando profissionais polivalentes e sujeitos a uma gestão que pressiona psicologicamente por maior produção. Ao mesmo tempo, a maioria da classe trabalhadora lida com novas modalidades de vínculos e condições de trabalho marcadas pela insegurança e vulnerabilidade.

O trabalho intermitente destaca-se como um resumo desse processo de transformação da morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo. Exemplificado por contratos como o *zero hour contract*, originário do Reino Unido, onde os trabalhadores ficam disponíveis em uma plataforma aguardando chamados, sendo remunerados apenas pelo tempo efetivamente trabalhado, independentemente do tempo de espera. Outro exemplo é encontrado em empresas como a Uber, onde os trabalhadores são proprietários das ferramentas de produção, arcam com despesas, mas a empresa se apropria da mais-valia produzida. Apesar do discurso ideológico que promove a flexibilidade e a liberdade, a observação mais próxima revela que esses discursos servem como mecanismos de transferência de riscos e aumento do controle das empresas sobre os trabalhadores, especialmente através do uso de plataformas e aplicativos.

A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e a sujeição. (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 60).

Assim, a flexibilização se configura como uma síntese representativa da nova morfologia do trabalho, segundo Antunes (2020b), atuando como uma organizadora que fundamenta as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno, de acordo com o pesquisador, resulta na redução da separação entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista e no surgimento do desemprego estrutural. Além disso, a consolidação do trabalho virtual nos setores de serviços traz uma nova dinâmica em relação à geografia, tornando-se menos vinculada a um local específico, o que é enfatizado por Graham e Anwar (2020) ao destacar a modularização, mercadorização e padronização das tarefas de trabalho. Esse novo cenário não se limita aos arredores da empresa, abrangendo uma amplitude geográfica significativa. Contudo, associado ao discurso ideológico de meritocracia e competição, incentiva uma disputa entre os trabalhadores. A nova morfologia do trabalho, caracterizada por formas flexíveis e virtuais, reflete a estratégia capitalista de minar as condições laborais e, mais crucial ainda, inibir as organizações e resistências dos trabalhadores, tornando desafiadora a mobilização entre diferentes localidades e, muitas vezes, impedindo a interação entre os próprios trabalhadores, como observado no caso do trabalho intermitente.

Vivemos um momento de contradição quase irônica do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista técnico, a utilização das TIC na gestão do trabalho torna a identificação e a efetivação de direitos aos/às trabalhadores/as mais fácil do que em qualquer outro período da história. Contudo, o discurso de que estamos diante de novas formas de trabalho, não sujeitas à regulamentação protetiva (ou o de que não seria possível existir tal regulação), tem desempenhado papel fundamental para legitimar, incentivar, cristalizar e acentuar a falta de limites à exploração do trabalho e à precarização de suas condições. A mesma tecnologia que torna a regulamentação tecnicamente mais fácil é apresentada como fator que inviabilizaria a proteção dos trabalhadores. E esse contraditório e complexo movimento, típico da razão instrumental e de suas engrenagens de dominação, tem impactado fortemente as legislações e as instituições públicas, além de constituir um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade e de organização da classe trabalhadora. (FILGUEIRAS, ANTUNES, 2020, p. 60-61).

Antunes (2020b) destaca a relevância de compreender a atual transformação do mundo do trabalho no contexto da hegemonia da indústria 4.0. Esse fenômeno, caracterizado pela presença da "internet das coisas" e impulsionado pela proposta empresarial e pela dominação informacional-digital, não se limita à indústria, estendendo seus impactos a diversos setores de emprego. A ampliação do trabalho morto, marcada pela substituição crescente do trabalho humano por ferramentas como inteligência artificial, big data e outras tecnologias, é uma das principais consequências dessa revolução industrial. No entanto, Antunes ressalta a interdependência entre o trabalho humano e a tecnologia, enfatizando que, para que ocorra esse avanço tecnodigital, é necessário um expressivo conjunto de trabalhos manuais que se expandem globalmente.

Os pensadores marxistas há muito alertam para o fato de que o desenvolvimento tecnológico ocorre em consonância com os interesses do capital, priorizando a competitividade e a geração de lucro em detrimento das necessidades sociais e dos trabalhadores. As transformações tecnológicas, segundo Antunes (2020a), são orientadas para criar mecanismos que favoreçam as indústrias e empresas em suas disputas comerciais. Assim, a privatização dos serviços e a introdução das novas tecnologias digitais ampliam a teoria do valor, evidenciando que, apesar de algumas propostas de superação, persiste uma relação desfavorável aos trabalhadores no contexto contemporâneo.

Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla de legislação social protetora de trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor. Essas novas modalidades de trabalho veem assumindo um destaque crescente não só no mundo da produção material mas na circulação de capital e agilização das informações, esferas que são com frequência realizadas por atividades também imateriais, que ganham cada vez mais importância na reprodução ampliada do capital financeirizado, informacional e digital. (ANTUNES, 2020b, p. 34).

EaD como ferramenta neoliberal e a nova morfologia do trabalho docente: precarização real do trabalho virtual

O neoliberalismo consolidou sua presença no Brasil a partir do governo de Fernando Collor, intensificando-se durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, marcados por privatizações e um discurso favorável ao “Estado Mínimo”. Essa influência neoliberal se estendeu ao setor educacional, sendo caracterizada por três pilares essenciais: a mercantilização da educação, as parcerias público-privadas e o aligeiramento das formações. Estes elementos formam um triângulo interconectado, cada um possuindo características próprias que se complementam (NOVAES; OKUMURA, 2021).

A mercantilização da educação, conforme apontado por Galzerano (2022), não se deu formalmente através da adesão às concepções do Acordo Geral do Comércio de Serviços (GATS), mas, na prática, o Brasil não desenvolveu mecanismos eficazes para impedir a expansão desse processo. O ensino privado experimentou um notável crescimento em várias dimensões, abrangendo desde os níveis infantil até o superior, incluindo diversas modalidades como técnicas, tecnológicas, reforço, entre outras. Paralelamente, a mercantilização foi mascarada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de Bresser Pereira (2000), que permitiu a gestão privada de setores educacionais públicos, ampliando ainda mais a presença do setor privado na oferta de serviços educacionais.

O segundo pilar refere-se às parcerias público-privadas. Na década de 1990, a orientação da educação brasileira seguia as diretrizes de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a ONU. Nesse contexto, foram criadas e estruturadas condições que permitiram às instituições privadas não apenas comercializar a educação, mas também influenciar suas decisões. Entidades como o Instituto Ayrton

Senna, Fundação Itaú, Fundação Bradesco, Instituto Lemann, entre outros, passaram a ser cada vez mais consultadas sobre questões relacionadas à educação nacional.

Diversas manifestações práticas dessa parceria entre o setor público e privado podem ser destacadas, sendo a produção de livros didáticos uma das mais significativas, conforme evidenciado por Galzerano (2022). Com a legitimação do Programa Nacional do Livro Didático durante o governo de Fernando Henrique, o Estado passou a investir vultuosas quantias na iniciativa privada por meio da aquisição desses materiais. Em 2012, por exemplo, cerca de 1,5 milhões de reais foram destinados ao Programa Nacional do Livro Didático. Somente nesse mesmo ano, a empresa Somos Educação recebeu 380 milhões de reais em recursos provenientes desse programa.

O último pilar, denominado "aligeiramento das formações", refere-se a práticas educacionais que surgem durante o avanço neoliberal, resultando em uma formação profissional mais rápida, menos aprofundada, mais técnica e voltada principalmente para atender às demandas do mercado de trabalho. Nesse contexto, a educação a distância (EaD) ganha destaque, permitindo flexibilidade no espaço e tempo de aprendizado. Em 2017, uma propaganda com Luciano Huck causou indignação ao promover um curso de pedagogia via EAD, com duração de 6 meses a 1 ano, com o objetivo de "complementar a renda". O ensino a distância, ao transcender limitações de espaço e tempo, oferece benefícios educacionais, embora sua eficácia varie entre aqueles que buscam uma expansão democrática da educação e os que veem oportunidades lucrativas.

Quando olhamos para a realidade concreta da Educação a Distância no Brasil, de acordo com o último Censo EaD da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) referente ao ano de 2021, foram ofertados 76.376.850 cursos de graduação via EaD, gerando 2.477.374 ingressantes (sendo apenas 42.422 em cursos públicos), enquanto 6% das matrículas das instituições públicas foram para cursos via EaD, na rede privada, 51% das matrículas já são para cursos desta modalidade (ABED, 2022). Apesar de a oferta de cursos de graduação a distância terem duplicado durante a pandemia, em todos os censos realizados pela ABED, sempre apresentou um contínuo crescimento desta oferta, onde dos anos 2010 até hoje, ano após ano está quebrando recordes.

Os números expressivos na Educação a Distância não são coincidência; são reflexo da sua extrema atratividade para o capitalismo contemporâneo e o neoliberalismo. A ênfase comercial no surgimento do ensino a distância, destacada por Peters (2006), revela que o objetivo não era proporcionar educação para as pessoas, mas sim garantir lucro para as instituições educacionais. No atual estágio tecnológico, a EAD se torna um parceiro vital para a busca de lucro no setor educacional, possibilitando alcance massivo de alunos com uma única aula, contratação flexível de professores sem vínculos empregatícios, reutilização ilimitada de conteúdos gravados e uma intensa divisão do trabalho, resultando em uma maior racionalização e, conseqüentemente, em uma maior taxa de lucro.

Ao observar as principais empresas de educação no Brasil, destaca-se a Kroton e a Estácio, líderes em cursos de graduação, número de alunos e valor de mercado (COSTA, 2018) . Em 2017, o CADE interveio em sua fusão para evitar um monopólio de 70% da oferta de cursos de graduação no país. Essas gigantes do mercado educacional cresceram globalmente através de fusões, aquisições de universidades locais e abertura de capital para investidores internacionais. A modalidade de ensino a distância (EAD) foi crucial para sua expansão e, entre 2014 e 2016, o financiamento estudantil (FIES) impulsionou suas maiores taxas de lucro. (Machado, 2017)

Além da mercantilização via EaD, essas empresas lucraram significativamente com parcerias público-privado, notadamente através do FIES. Em 2016, a Kroton registrou uma receita líquida de 5,24 bilhões de reais, principalmente proveniente do FIES. Entre 2010 e 2015, a Estácio cresceu economicamente em 565%, mas a Kroton superou com um incrível crescimento de 22.130% no mesmo período. Importante ressaltar que, em 2015, o governo de Dilma Rousseff cortou o FIES, resultando em uma perda de 6 bilhões em valor de mercado para a Kroton em apenas sete dias. (MAZOLI JR., 2015)

Esses dados, anteriores à pandemia, evidenciam a EaD como uma "galinha de ovos de ouro", não apenas na mercantilização, mas também na exploração de parcerias público-privado. No contexto neoliberal, a EaD desempenha um papel crucial na precarização do trabalho docente, contribuindo para a proletarização, desqualificação e divisão do trabalho na educação: "nós que trabalhamos com a educação, conhecemos bem a consequência disto: proletarização, desqualificação,

e divisão do trabalho são aspectos que implicam igualmente professores, orientadores e alunos” (PRETI, 2009, p. 60).

Um aspecto importante a ser mencionado a respeito da EaD, é que esta se trata de uma forma de realização da oferta de um serviço, no caso, a educação. De acordo com Marx (2017), as diferentes formas de trabalho podem ser divididas em trabalho produtivo e trabalho improdutivo, onde no primeiro caso, o resultado do trabalho é um bem material, e no segundo por sua vez, um bem imaterial. Quando se observar os serviços, em sua grande maioria consistem em trabalho imateriais, afinal de contas, o ato de aprender, ou a orientação média, ou a distância percorrida, não geram um produto material. A escola tradicional presencial, é um claro exemplo de trabalho imaterial, onde, dentro da lógica do mercado, ela troca uma determinada quantidade de dinheiro pela possibilidade da transmissão de um conjunto de conhecimentos.

Porém quando se coloca a EaD nesse prisma, se tem uma realidade da qual já se faz presente em alguns modelos de ensino presencial, mas que ganha proporções maiores agora. Tal realidade consiste no fato que ao mesmo tempo em que o produto imaterial continua sendo sua principal mercadoria (o conjunto de conhecimentos), se tem a geração de produtos materiais (a videoaula, por exemplo). Nesse sentido, a modalidade de ensino a distância oferece um produto imaterial, mas possibilita ao mesmo tempo uma produção material.

Outra diferenciação realiza por Marx (2017) acerca do trabalho, é o trabalho produtivo do improdutivo. O primeiro se sustenta sobre as respectivas características: a) cria mais-valor; b) é pago por capital dinheiro e não por renda; c) é resultado de um trabalho coletivo, social e complexo; d) valoriza o capital e; e) tende a ser assalariado. Por sua vez,

Na contrapartida, o trabalho é improdutivo quando cria bens úteis, valores de uso, e não está voltado diretamente para a produção de valores de troca, ainda que seja necessário para que esta se realize. São aqueles trabalhos consumidos como valor de uso, e não como valor de troca. (ANTUNES, 2020b, p. 48).

Muitas vezes ocorre o equívoco de se reduzir o trabalho improdutivo como trabalho imaterial, e o trabalho produtivo como trabalho material. Muito antes da expansão da oferta privada dos serviços, Marx já utilizava do exemplo dos docentes para explicar tal complexidade:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor [...]. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve a autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar com a cabeça das crianças, mas exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de uma fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social. Surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2017, P. 706-707).

Infelizmente Marx não poderia prever o que iria acontecer no futuro, mas a EaD, sobretudo da forma que vem sendo utilizada em larga escala pelo setor privado, escancara a existência de professores quanto trabalhadores produtivos, uma vez que o resultado de seu trabalho se torna um complexo mecanismo de extração e ampliação de mais-valia. Como dito anteriormente, esta modalidade faz com que exista concomitantemente a existência de um produto material e imaterial, onde ambos criam as condições necessárias para uma maior ampliação da extração de mais-valia.

Como visto anteriormente, essa nova morfologia do trabalho, neoliberal, financeira, flexível, enxerga as leis trabalhistas como um oposto a ser derrotado, uma vez que estas, dificultam o processo de ampliação da acumulação do capital. Porém, não é uma tarefa teoricamente simples, afinal de contas, estes direitos são resultados históricos de anos de lutas dos trabalhadores. Nesse sentido, não demorou muito para que o capital notasse que não basta combater os direitos trabalhistas, mas se faz necessário também, combater a organização e articulação dos trabalhadores.

As novas tecnologias, atreladas aos interesses do capital, geraram uma nova morfologia do trabalho no mundo contemporâneo que gera uma nova realidade onde precariza a própria organização das classes e dos sindicatos. Essa é uma realidade triste e marcante da EaD, os docentes individualizados cada um em suas residências, se locomovendo para instituição apenas para gravar suas aulas, acabam não estabelecendo contato com os demais colegas de trabalho, em muitos

casos, os professores não realizam o menor contato com os demais docentes do curso, muitas vezes nem sabe quem são.

Nesse sentido, quais são as condições que os docentes virtuais têm para se organizar enquanto classe se em muitos casos eles nem se quer se conhecem, nem se quer existe uma possibilidade de comunicação entre eles. Vale mencionar também que dentro da EaD, em alguns casos, absorvendo elementos do mundo empresarial, cria mecanismo para incentivar a própria competição entre os docentes.

Outra característica marcante da nova morfologia do trabalho presente no trabalho docente virtual pela EaD, é a ampliação do chamado trabalho morto. Cada vez mais se tornam comum o desenvolvimento de plataformas de auto aprendizagem, jogos didáticos, que substituem em certa medida o docente, ou até mesmo, é importante lembrar, que por mais que o docente grave uma videoaula ou um podcast, esse em suas inúmeras reproduções, tende-se a tornar um trabalho morto, pois não existe mais a necessidade do docente naquele processo.

Como já dito, é um equívoco acreditar no fim da classe operária, porém, esta se torna cada vez mais precarizada, e para que o “privilégio da servidão” se realize é necessário que haja desemprego. O trabalho virtual e cada vez mais morto contribui intensamente para esse propósito.

Uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, e ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores, que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Esse processo tem clara funcionalidade para o capital, ao permitir a intensificação, em larga escala, do bolsão de desempregados, o que reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, por meio da retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados (ANTUNES, 2020b, p. 70).

Conclusão

Em síntese, a Educação a Distância (EaD) revela-se como uma ferramenta intrinsecamente neoliberal, contribuindo significativamente para a transformação da morfologia do trabalho docente. Desde o avanço neoliberal da educação na década de 1990 no Brasil, a mercantilização da educação, as parcerias público-privado e o aligeiramento das formações se fizeram presentes na realidade educacional brasileira, onde a EaD se apresentou como importante ferramenta para auxiliar nesse processo.

Conforme evidencia Peters (2006), desde a sua origem a EaD teve como objetivo central não é necessariamente proporcionar educação às pessoas, mas, primordialmente, garantir lucro para as instituições educacionais. Esse modelo, ao transcender as limitações de espaço e tempo, possibilita uma expansão massiva do alcance de alunos com uma única aula, proporcionando uma maior divisão do trabalho, racionalização e, conseqüentemente, uma taxa de lucro mais elevada, contribuindo assim, para o processo de mercantilização do ensino. Além disso, a necessidade do desenvolvimento *softwares* e plataformas para realização desta modalidade de ensino abriu portas para uma nova expansão, das parcerias público-privadas.

Além disso, a EaD contribui para a precarização do trabalho docente, promovendo a individualização dos professores, a ausência de interação entre eles e incentivando a competição, corroborando com os preceitos ideológicos neoliberais. A ampliação do trabalho morto, por meio de plataformas de autoaprendizagem e jogos didáticos, também emerge como uma característica marcante dessa nova morfologia do trabalho, intensificando a precarização e contribuindo para aumentar o desemprego e reduzir a remuneração global da força de trabalho. Portanto, a EaD se configura como uma peça-chave na engrenagem neoliberal que molda a educação e o trabalho docente no Brasil contemporâneo.

Referências

ANDRADE, D. P. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Rocardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020a, p. 11-22.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020b.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BELLINASSO, F. **Educação a distância (Ead) e o trabalho docente**: o aumento da precarização. 2020. 116f. Dissertação (Mestre em Educação) - UNESP, Marília.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília: Inep, 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 4, p. 7-26, 2000.

CARCANHOLO, R. A; SABADINI, M. S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CLARKE, J. Living with/in and without neoliberalism. **Focaal**, v. 51, n. 1, p. 135-147, 2008.

COSTA, F. L. O. Políticas públicas, expansão do ensino superior privado lucrativo e financeirização do capital no Brasil: o caso da Kroton Educacional S.A. **Cadernos De Pesquisa**. n. 25, v. 4, p. 33-51, 2018.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, vol. 17, p. 86-101, 1993.

GALZERANO, L. S. **Educação à venda**: ação empresarial e financeirização no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

GRAHAM, M; ANWAR, M. A. Trabalho digital. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b. p. 47-58.

GORZ, A. **Adieux au Proletariat. Au de-là du socialisme**. Paris: Editions Galilée.1985

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

HILGERS, M. The historicity of the neoliberal state. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, 2012.

MACHADO, J. Fies puxa lucro da Kroton, que triplica no quarto trimestre. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 de março de 2017. Empresas. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/03/22/fies-puxa-lucro-da-kroton-que-triplica-no-quarto-trimestre-1.ghtml>>. Acesso em 18 de abril de 2023

MANZOLI JR; Ricardo. A. Kroton depois do furacão Fies. **Isto É**, São Paulo, 15 de jun. de 2015. Dinheiro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/a-kroton-depois-do-furacao-fies/>>. Acesso em 18 de abril de 2023.

MARTINS, A. S. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007. 312f. Tese (Doutorado em Educação) -UFF, Niterói.

MARX, K.. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

MORAES, R. C. **Neoliberalismo** – De onde vem, de onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

NOVAES, H. T; OKUMURA, J. H. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie**. Marília: Oficina Universitária - Unesp, 2021.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

SANTOS, T. da C. C; PAIXÃO, T. S. A mundialização do capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 59, p. 68-84, out., 2014.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165- 187, 2015.